

CARLA CABRAL AZIZ MATOS

O TRABALHO DA MULHER RURAL NO  
CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
UM ESTUDO DE CASO

SALVADOR

1995

**CARLA CABRAL AZIZ MATOS**

**O TRABALHO DA MULHER RURAL NO  
CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Economicas da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do Professor Vitor de Athayde Couto

**SALVADOR**

**1995**

Para Larissa, minha filha.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Vitor de Athayde Couto, que orientou este estudo com muita paciência e que acompanhou passo a passo essa pesquisa.

A Joana Barbosa Guedes, pelas suas colaborações e pelo cuidado com a forma final.

A Igor Aziz, pelo grande interesse e amizade e, pelo "auxílio à monografia".

A meus pais, pela calma e incentivo e, por sempre acreditarem na minha capacidade.

A Moisés Bisesti, pela paciência e pelo grande incentivo.

As mulheres da Fazenda Gericó que contribuíram com as informações sobre as quais foi elaborado este estudo e, principalmente a Dona Eugênia, que organizou as reuniões e ajudou na aplicação dos questionários.

A Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), especialmente à Doutor Paulo Torres e Edimilton, pelos contatos com as pessoas da área estudada.

# SUMARIO

## LISTA DE TABELAS

1	- INTRODUÇÃO -----	8
2	- REFERENCIAL TEORICO -----	10
2.1	- A PROBLEMATICA DA MULHER -----	10
2.1.1	- Breve histórico -----	10
2.1.2	- A mulher e a reprodução da força de trabalho-----	15
2.1.3	- A profissionalização da mulher-----	18
2.1.3.1	- A diversidade e a unidade do trabalho masculino e feminino -----	21
2.2	- O TRABALHO DA MULHER RURAL -----	23
2.2.1	- Considerações gerais -----	23
3	- METODOLOGIA -----	30
3.1	- LEVANTAMENTO DAS HIPOTESIS -----	30
3.2	- PROCEDIMENTOS -----	31
3.3	- CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO -----	32
3.3.1	- <b>Tipologias</b> -----	36
3.3.1.1	- A fazenda Gericó -----	39
4	- O ESTUDO DE CASO -----	43

4.1	- AS HIPOTHESES PRINCIPAIS -----	44
4.2	- OUTRAS QUESTOES INVESTIGADAS -----	54
4.2.1	- <i>Questões gerais</i> -----	54
4.2.2	- <i>A expectativas das mães</i> -----	56
4.2.3	- <i>As jovens entrevistadas</i> -----	57
5	- CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES -----	59
	REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS -----	63
	ANEXOS -----	66

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	
Relação entre o estado civil e o trabalho na roça -----	45
TABELA 2	
Relação entre a faixa etária e o trabalho na roça -----	47
TABELA 3	
Relação entre a quant de filhos e o trab complementar à renda -	48
TABELA 4	
Relação entre o trab na roça e a ajuda no trab doméstico -----	50
TABELA 5	
Relação entre o trab fora e a ajuda no trab doméstico -----	50
TABELA 6	
Participação da mulher na principal fonte de renda -----	52
TABELA 7	
Relação entre o controle do orçamento domést e a escolaridade -	53

## 1 - INTRODUÇÃO

Nesse trabalho monográfico será abordado a questão da mulher, centralizando o estudo na caracterização do trabalho feminino no meio rural dentro da agricultura familiar.

Pretende-se provar que o trabalho da mulher tem grande relevância para a sobrevivência, reprodução e permanência no campo dos produtores familiares, e que para tanto a mulher é obrigada a realizar duas jornadas de trabalho, eventualmente uma terceira jornada, dependendo se é necessário ou não efetuar-se uma atividade externa à família, com vistas a aumentar a renda familiar. Também é investigado a participação da mulher na atividade principal da renda, assim como no controle do orçamento doméstico.

Em suas jornadas a mulher exerce dois tipos de atividades: atividades de subsistência e atividades para renda. As atividades de subsistência são compostas pelo trabalho doméstico, sendo portanto atividades ligadas à manutenção e gerenciamento da casa e cuidados e socialização dos filhos (deveres do lar e subsistência familiar). As atividades para renda são compostas pelo trabalho no campo e pelo trabalho não agrícola, sendo atividades conhecidas como produtivas, porque complementam a renda familiar.

O estudo será estruturado em três partes, onde inicial-



mente será visualizada a problemática da mulher no geral, através de um breve histórico e como o levantamento dos pontos de maior relevância; concluindo essa primeira parte fazendo-se considerações gerais sobre o trabalho da mulher rural.

Na segunda parte será iniciada com o levantamento das hipóteses principais, sendo seguido pela exposição de como foram coletados os dados necessários para o estudo proposto, bem como as técnicas utilizadas para sua execução; finaliza-se essa parte com a caracterização do objeto de estudo.

Na última parte a análise se restringirá ao estudo do caso com a análise dos dados coletados dentro da área de estudo, com a comprovação ou não das hipóteses levantadas. Ainda serão apresentadas outras questões que também foram investigadas durante o andamento da pesquisa.

Nas considerações finais serão expostos os resultados encontrados ao longo do trabalho; seguindo-se da bibliografia utilizada e da parte dedicada aos anexos, onde serão discriminados os instrumentos utilizados nas análises sobre o trabalho da mulher na agricultura familiar.

## 2 - REFERENCIAL TEORICO

### 2.1 - A PROBLEMATICA DA MULHER

Nos últimos anos o problema da mulher tem despertado bastante interesse e preocupação. No entanto, isto suscita normalmente discussões apaixonadas devido a sua complexidade, que é dada pela "atmosfera mística" e preconceituosa em que está inserido. Nesta atmosfera as mulheres são vistas como seres inferiores ao homem, incapacitadas biológica e psicologicamente para assumir determinados tipos de trabalhos ou funções, sendo "apenas" responsáveis pela ordem da casa e pela educação dos filhos.

A dominação dos homens na vida social é uma importante forma de opressão, portanto, é necessário analisá-la não só economicamente, mas também histórica e antropologicamente para saber onde ela surge, como evoluiu, como ela funciona dentro da nossa sociedade de classe.

#### 2.1.1 - Breve histórico

As diferenças sociais entre homem e mulher, que ainda

existem hoje na sociedade capitalista, data de muitos séculos atrás, existindo em muitos outros tipos de sociedade de classes que não as capitalistas. Seria uma formação inerente a modos de produção anteriores. A subordinação da mulher tem caráter universal, sendo concretizada ou se materializando historicamente, por diferentes formas em cada formação social, como em cada classe. A opressão da mulher tem muita importância para a dinâmica do capitalismo, porém não se reduz apenas a esse modo de produção. Pois a subordinação social da mulher pode ser perfeitamente visualizada desde o início da civilização.

As sociedades de classes da antigüidade ocidental (Grécia e Roma) ou oriental (China e Japão), ou ainda na Idade Média, as sociedades da América pré-colombiana (Incas e Astecas) ou as sociedades de castas da Índia, tem-se como ponto em comum a todas elas o fato da vida social ser dominada pelos homens.

O adultério aparece já nos códigos babilônicos, como um crime contra a propriedade do marido. Em diversas culturas asiáticas, quando uma mulher solteira era vítima de estupro, os seus pais tinham o direito a uma recompensa econômica a fim de ressarcir-las da desvalorização que essa mulher sofria no mercado. A mulher que não cumprisse o dever reprodutivo de esposa, fosse estéril, seria devolvida aos pais que ainda teriam de pagar ao marido lesado uma indenização; esse tipo de sanção era comum em muitas civilizações. Nas sociedades de base agrícola a reprodução biológica

e o seu controle também estavam vinculados à valorização econômica dos filhos.

É claro que existem sociedades matrilineares, onde as mulheres têm o domínio social, como é o caso dos Iroqueses, Hurons e outros grupos de organização matrilinear da América do Norte e da África Central. Da mesma forma, sociedades sem classes, onde a vida social não estava centrada no núcleo familiar, reinando uma vontade de igualdade entre os indivíduos, não havia chefe, como é o caso dos Bushmen da África do Sul, Pigmeus do Zaire, e Índios Montanheses do Canadá (economias de caça-colheita). Mas é necessário lembrar que essas sociedades vão se transformar rápida e profundamente com o impacto da colonização européia.

De acordo com Engels a degradação da mulher está ligada ao aparecimento das diferenças de classes, apontando a dominação da família monogâmica como ligada à dominação da propriedade privada. O fato é que podemos aceitar a idéia de que, em todas as sociedades, mesmo as mais igualitárias, existe uma hierarquia de poderes dos quais os poderes finais pertencem aos homens. (GODELIER, 1980, p.17)

A hipótese de Engels foi retomada hoje por correntes feministas não marxistas que adotam a idéia de que novas capacidades de explorar a natureza trouxeram possibilidades de acumulação diferenciada de riquezas, o que gerou as oposições entre os grupos.

entre os indivíduos. Isto levou à dissolução das estruturas sociais mais igualitárias e ocasionou a formação de hierarquias sociais, de classes e de poderes de Estado onde, em geral, ocorreu a desvalorização do status feminino. (GODELIER, 1980, p.25)

Existem muitas barreiras que impedem o progresso e o fortalecimento das mulheres, entre essas podem-se enumerar obstáculos como a idade, deficiências, raça, etnia, cultura e religião. Nos países islâmicos, que são altamente conservadores, a cultura e a religião são usadas como desculpa para as violências contra as mulheres. Elas têm de manter suas faces cobertas pelo véu o tempo todo, pois se assim não o fizerem, correm o risco de serem vitimadas por ácido atirado em seus rostos: e onde as mulheres suspeitas de adultério são apedrejadas na rua.

Na China, país que sediou a IV Conferência Mundial da ONU sobre a mulher, também são usadas políticas repressoras em relação a mulher, que inclui punições e até abortos forçados para aquelas que ultrapassarem a cota oficial de filhos. Outro exemplo é o Japão, onde as mulheres só podem trabalhar quando solteiras, depois que casam e têm filhos elas deixam o trabalho para cuidar de suas famílias.

Para poder vencer todos esses obstáculos políticos, sociais e econômicos, as violências e as discriminações, a mulher pode apoiar-se sobre os frutos recolhidos em várias décadas.

Desde 1945 que a ONU estabeleceu a igualdade entre homens e mulheres, nesse mesmo ano ela criou uma comissão da condição da mulher, que controla permanentemente os direitos da mulher no mundo. Com o crescimento do movimento feminista internacional e das Organizações Não Governamentais (ONGS), aconteceu em 1975 a I Conferência Mundial no México. No mesmo ano foi criado o Fundo das Nações Unidas para as Mulheres (Unifem), que financia as ações em favor dos direitos econômicos e sociais das mulheres. Durante a década de 80 realizaram-se duas conferências mundiais, a de Copenhague (1980) e a de Nairobi (1985).

Em 1993 a ONU aprovou uma declaração sobre a eliminação da violência sobre as mulheres. Na Conferência Internacional sobre a População, que ocorreu em 1994 no Cairo, questionaram-se os direitos considerados "adquiridos" pelas ocidentais, portanto aí foram tratadas questões como a do aborto, a do planejamento familiar e a das formas de união extra-matrimoniais, o que despertou protestos por parte dos estados católicos conservadores e dos países muçulmanos.

Agora na IV Conferência Mundial da ONU da mulher foram denunciados a exploração sexual, as discriminações sofridas pelas trabalhadoras, o uso inadequado da figura da mulher pela mídia, entre outras coisas. Pedidou-se aos governos que tomem medidas contra essas discriminações e violências às mulheres e, ainda que esses encorajem a maior participação das mulheres em cargos polí-

ticos e que revisem suas leis punitivas contra os abortos ilegais.

Nota-se que, apesar da situação da mulher ter avançado, ainda falta muito para que essas alcancem a igualdade com os homens, igualdade que lhes foi dada em 1945, mas que até hoje não foi conseguida.

O problema é compreender por que os homens, que possuem um lugar mais valorizado no processo material da vida, dominam as mulheres, que têm um lugar excepcional no processo de reprodução. Uma das causas apontadas é o controle dos homens sobre as mulheres fecundas, ou seja, os homens controlam as mulheres não como produtoras, mas como reprodutoras da vida que prolonga o grupo. Convém atentar para o fato de que o homem não só vive em sociedade, mas é forçado a produzir sociedade.

### 2.1.2 - A mulher e a reprodução da força de trabalho

Para entender a importância da mulher na reprodução da força de trabalho é necessário fazer uma reflexão sobre o seu conceito. A questão da reprodução da força de trabalho é abordada de diversas formas.

Na Ideologia Alemã, o processo de reprodução da força de

trabalho é tratado como algo trans-histórico, segundo Marx, na dinâmica que engloba a produção de meios para satisfazer necessidades, a produção de novas necessidades estaria ligada à circunstância de que os homens devem produzir outros homens com vistas a gerar essas necessidades suplementares.

No Capital, as referências direcionam-se ao modo de produção capitalista. Aqui, a preocupação fundamental é o capital e a sua reprodução, necessariamente atados à reprodução da força de trabalho (o potencial de trabalho). A condição para a reprodução do capital é a manutenção e a reprodução da classe trabalhadora.

Hoje o termo reprodução da força de trabalho está comumente relacionado ao estudo do nível de vida do trabalhador, aos aspectos materiais para a manutenção das condições necessárias à reposição e conservação do trabalhador e da fecundidade. No limite, o que importa é a transmissão de valores básicos aos indivíduos das classes sociais a que pertencem.

Nesse enfoque, a participação da mulher no processo da reprodução da força de trabalho exerce um papel socialmente diferente do homem. Tais desigualdades são inerentes à lógica de acumulação do capital. Segundo tal abordagem:

a) o trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres é necessário ao barateamento do preço da força de trabalho, a sua re-



posição, pois o trabalho não pago da mulher reduziria o custo da reprodução da força de trabalho;

b) na família as mulheres estariam submetidas a uma série de normas de controle do seu comportamento, da sua sexualidade, porque através dos filhos se daria continuidade ao sistema de propriedade privada;

c) à mulher caberia dentro da instituição familiar o papel de socialização dos filhos com a transmissão dos valores básicos à manutenção do estado de coisas;

d) as mulheres receberiam menos no trabalho que os homens porque o jogo de uma classe contra a outra (segmentação da força de trabalho) é conveniente à realização do capitalismo como mecanismo de escape às crises de emprego;

e) a entrada da mulher na força de trabalho contribuiria para o rebaixamento do nível geral dos salários;

f) a entrada de mais membros da família na força de trabalho, que tenha menor poder de barganha, viria disfarçar a desvalorização do salário do trabalhador.

Logo, a entrada da mulher na produção mercantil se não for acompanhada da socialização ou criação pelo Estado de instru-

mentos substitutos das atividades feitas pela mulher (creches, escolas), colocaria em risco a própria reprodução ou sobrevivência dos membros da família do trabalhador. Por outro lado, ao sair de casa, a mulher estaria ampliando os horizontes de consciência política. (GARCIA, 1980, p. 158-161)

Aqui refere-se apenas ao sistema capitalista de produção, o que leva ao questionamento de que, caso houvesse uma superação do capitalismo, estariam superadas as situações de subjugação da mulher. Mas, como já foi dito anteriormente, considera-se que a opressão específica da mulher antecederia ao capitalismo, logo fica claro que não necessariamente com a sua superação estaria abolida a opressão.

### 2.1.3 - A profissionalização da mulher

Argumenta-se que com a introdução maciça de mulheres na produção social acontecerá uma redefinição da organização familiar e dos papéis sexuais tradicionalmente assimétricos. Porém o que pode ser observado é que, no momento em que as mudanças nos padrões ocupacionais ocorrem, os valores tradicionais principalmente os relacionados com o papel que elas têm na família, parecem exercer uma importante influência na escolha, desempenho e avaliação social do trabalho das mulheres; isso acontece porque essa nova

situação de trabalho parece colocar em desafio a antiga organização familiar.

Dentro da estrutura ocupacional das sociedades capitalistas, a família é vista como um obstáculo à participação da mulher, ou seja, a integração da mão-de-obra feminina na produção. O que na realidade acontece é uma transposição para o plano da família do processo de competição por um lugar na estrutura de classes, o que mantém-se até o presente momento através dos preconceitos que alimentam a situação de inferioridade da mulher.

Nas sociedades em geral, o sexo opera como elemento discriminador da divisão do trabalho. Ao homem cabem ocupações que dependam da capacidade intelectual acima da média, ou da força física, ou ainda da capacidade de liderança. As mulheres cabem ocupações que necessitem de qualidades medianas para realizá-la, profissões que releguem aos profissionais uma situação de dependência.

Dentro da lógica do sistema capitalista de produção, a mulher é aceita quando desempenha uma carreira despretensiosa ou modesta, às vezes até mesmo mediocre, conjugada com o exercício de alguns papéis domésticos. Assim, o êxito feminino em relação ao padrão dona de casa-trabalhadora está diretamente ligado ao grau de adequação que ela possa obter na sua árdua tarefa de conciliar os setores doméstico e ocupacional.

Enquanto for mantido esse tipo de colocação em relação aos papéis doméstico e ocupacional da mulher, esta só operará como força de trabalho reserva, aceitando trabalhar em posições subalternas de pequena responsabilidade, com o intuito de poder atender aos apelos da "mística feminina" e, portanto, às expectativas sociais em relação às suas funções de esposa, mãe, dona de casa e trabalhadora.

De acordo com SAFIOTTI, a família atua como estrutura mediadora e sustentadora do sistema econômico, pois, caso houvesse uma divisão mais igualitária do serviço doméstico e da educação dos filhos entre pai e mãe, isso causaria uma maior disponibilidade de tempo da mulher para desempenhar outras atividades, lançando no mercado de trabalho uma mão-de-obra que não conseguiria ser absorvida. Portanto, a estrutura familiar é uma das vias usadas para aliviar as tensões sociais que o sistema capitalista gera; disfarçando-lhe as incongruências e contradições. (SAFIOTTI, 1973, p.103)

RABELLO, afirma que, nos países em vias de desenvolvimento, as mudanças sociais fazem com que ocorram profundas transformações na estrutura familiar. Ainda especifica o caso do Brasil, caracterizando a sua economia como instável e inflacionária, afirmando que a estrutura familiar brasileira está sofrendo mudanças muito intensas, devido ao fato do sustento do lar não poder mais depender única e exclusivamente do "chefe da família". Isto leva

as mulheres a se lançarem no trabalho fora de casa, ou seja, no trabalho economicamente produtivo; no entanto apesar da mulher fazer geralmente a mesma coisa que o homem, sua liberdade de vender seu trabalho é ainda mais restrita do que a dos homens. (RABELLO, 1973)

### 2.1.3.1 - A diversidade e a unidade do trabalho masculino e feminino

Sabe-se que, desconsiderando o valor econômico ou a remuneração salarial do trabalho de homens e mulheres, fica bem claro que o trabalho feminino é muito mais produtivo, já que esse é constante dentro do lar e fora dele; e ainda, é indispensável atualmente para a subsistência da família.

Hoje, há uma maior participação da mulher no mercado de trabalho o que leva, além do acúmulo de tarefas e funções, a um aumento crescente das pressões da sociedade em relação aos seus papéis de esposa e mãe, caso venham a exercer alguma profissão.

Pouco a pouco, a mulher é forçada a ocupar cargos secundários que não atrapalhem suas "obrigações domésticas". Isso pode ser facilmente visualizado nos centros urbanos, onde são raros os cargos ocupados por mulheres com características próprias de che-

fia. A chefia exige maior dedicação e disponibilidade de tempo, o que afasta a mulher do controle da casa e da socialização dos filhos. Apenas aquelas que podem ter outras pessoas ou equipamentos coletivos, públicos ou privados, que assumam os seus papéis dentro de casa ocupam tais cargos, ou cargos de relativo destaque profissional.

Nos centros urbanos existe uma maior diversidade do trabalho do homem e da mulher, pois as mulheres que trabalham, em sua maioria, agem assim com vistas a aumentar a renda familiar. Mas isso não interfere na atividade principal, na atividade que contribui com a maior parte da renda da família, esta continua sendo exercida pelos homens.

Já no meio rural observa-se uma unidade do trabalho feminino e masculino, nos casos em que a mulher interfere na atividade principal, na roça, tendo participação efetiva e não remunerada na produção agrícola, principalmente nas pequenas explorações onde predomina o trabalho familiar e onde as condições de vida têm mais influência sobre o comportamento da mulher. Para essas mulheres não importa a idade, a doença, a gravidez, tampouco o trabalho doméstico. Quase nada as impede de irem trabalhar nos campos; exceto quando possuem crianças muito pequenas e não têm com quem as deixar, ou quando não podem levá-las consigo para o trabalho na roça.

Todavia, para a mulher rural, o trabalho no campo não irá

implicar em sua independência financeira. Tampouco uma atitude de liberação do sexo feminino. Este é apenas visto como uma sobrecarga aos muitos trabalhos que lhe são reservados. Já para a mulher urbana, ser mais do que uma dona de casa, isto é, ter uma profissão, é visto de maneira oposta, significa liberdade em relação aos homens, ainda que só economicamente.

Para alguns autores, diferentes tipos de sociedade produzem diferentes tipos de personalidade feminina. Eles pregam a necessidade da desmistificação de teorias que insistem na incapacidade biológica ou psicológica da mulher para determinados tipos de trabalho ou funções.

## 2.2 - O TRABALHO DA MULHER RURAL

Este estudo trata essencialmente do trabalho da mulher no meio rural no contexto da agricultura familiar. No entanto, considerações importantes de ordem geral devem preceder o estudo de caso

### 2.2.1 - Considerações gerais

No meio rural encontram-se cerca de 50% da população feminina total; nesse meio é fácil visualizar o quanto o jogo da sobrevivência atua sobre o comportamento da mulher. Com a evolução do capitalismo no campo, evidenciada pelo aumento da mão-de-obra assalariada, aumenta a integração das mulheres na produção. Portanto é com a maior proletarização do marido que irá ocorrer uma modificação da participação da mulher na economia familiar

O grau de integração da mulher na produção é importante porque dele é compreendida a condição social da mulher. Pois é da integração dos indivíduos no sistema produtivo que vão derivar suas condições sociais

Torna-se importante um maior conhecimento da real situação das mulheres do campo para tentar perceber até que ponto as diferentes condições de vida levam a mulher a desenvolver e aceitar modos de vida e atividades que, de alguma maneira, devem ajustar-se ao modelo idealizado que fazem dela.

Como já foi colocado, a concepção que a mulher do campo faz do seu trabalho é bem diferente daquela feita pela mulher urbana. Para a mulher rural, trabalhar nos campos é uma função além das outras que realiza cotidianamente.

A mulher rural sempre trabalhou, começando sua vida de trabalho normalmente entre oito e dez anos de idade. Devido ao fa-



to dela ter idéia muito vaga a respeito de porque trabalha, ela não precisou tomar consciência de sua integração no mercado de trabalho e depois reagir a ele, como a mulher urbana atual. Trabalhar para ela é uma tradição que ainda não precisou ser repensada, portanto não é uma opção tomada conscientemente, visando trazer-lhe independência financeira ou a possibilidade de livrar-se do trabalho doméstico.

O fato dessas mulheres não trabalharem no campo, caso tenham filhos muito pequenos, não significa que levem uma vida ociosa, já que o trabalho doméstico no meio rural é bem mais pesado que no meio urbano. As mulheres não contam com as facilidades que a vida urbana oferece. Logo, não têm auxílio de empregadas, nem creches ou maternais que as ajudem na educação das crianças.

Portanto é aceitável e mesmo desejável que as mulheres fiquem em casa, porque mulher em casa é produtiva; já os homens devem sempre trabalhar, os que ficam em casa são tidos como "vaguebundos".

Na divisão do trabalho, as mulheres geralmente são responsáveis por todas as atividades domésticas ligadas aos cuidados com a casa, a preparação dos alimentos e educação dos filhos; como também nas atividades relativas à horta e ao tratamento e os cuidados dispensados aos pequenos animais.

A integração das mulheres na produção agrícola ainda não levou a uma redistribuição do trabalho doméstico. Os homens continuam apenas trabalhando na roça ou em outra atividade e as mulheres trabalhando na roça e em casa. Por isso se o trabalho nos campos começa às 7 horas da manhã, para que tudo fique em ordem e para que todos saiam no horário, as mulheres levantam às 4 da manhã, aproximadamente; além disso à tarde quando retornam do trabalho elas é que têm de preparar o jantar, lavar alguma roupa e arrumar a cozinha.

Os homens ajudam muito pouco nas atividades domésticas, o máximo que fazem é consertar a cerca, limpar o quintal e carregar água. Apenas quando os homens são forçados a ficar em casa por uma razão ou outra é que eles fazem algum serviço doméstico como lavar pratos ou varrer a casa.

Quanto ao tipo de tarefas que as mulheres realizam na roça, não existe qualquer divisão sexual do trabalho, as mulheres fazem praticamente todos os tipos de tarefas. Porém há atividades em que se prefere a mão-de-obra feminina como a colheita do algodão e do café, alegam que elas possuem "dedos mais ágeis" que os homens aumentando assim a produtividade do serviço; como também existem "serviços pesados" que requerem força bruta, dando preferência ao trabalho masculino, devido à sua alegada força física maior. Deixando a força física de lado, sabe-se que as mulheres são mais dedicadas, esforçadas e sempre estão mais dispostas do

que os homens para certas tarefas.

A mulher na lavoura trabalha quase sempre no campo, sob a responsabilidade do marido ou do pai. Isto se deve a dois motivos. O primeiro está relacionado com a tendência cultural de querer minimizar o contato das mulheres com pessoas estranhas à família, além do que trabalhar na roça dos outros implicaria uma maior liberdade do que aquela tradicionalmente permitida. O segundo liga-se ao fato do trabalho agrícola não isentar a mulher do trabalho do lar, logo, a roça onde ela trabalha deve ficar perto de sua casa permitindo, dessa forma, alternar mais facilmente as suas responsabilidades nos dois lugares.

A maior ou menor participação da mulher na produção agrícola muda de acordo com a região a que esteja relacionada. Assim o emprego do trabalho feminino na agricultura no Nordeste é diferente do encontrado na região Sul.

De acordo com os autores SINGER e MADEIRA, é no meio rural que a maior parte da mão-de-obra feminina empregada se dedica à agricultura de subsistência, devido à maior possibilidade de se conjugarem atividades domésticas e produtivas. Eles afirmam que as taxas de participação das mulheres na força de trabalho tendem a crescer, porém não em consequência da modernização da agricultura, mas sim graças à manutenção e ampliação da agricultura de subsistência. (PAULILO, 1976)

Em relação a esse problema de manutenção e ampliação da agricultura de subsistência, em alguns autores, como DUARTE E QUEDA e MARTINS, que analisam o fenômeno "agricultura tradicional", concluem que esse tipo de agricultura não é um entrave ao desenvolvimento, mas serve de suporte da acumulação capitalista no setor industrial. (PAULILO, 1976)

Como o setor industrial para acumular capital depende da manutenção dos salários em níveis baixos para as camadas operárias urbanas, e para tanto é necessário manter baixos os preços dos alimentos, portanto isso faz com que ocorra um rebaixamento do rendimento do capital investido na produção agrícola, o que implica na expansão de unidades de produção não capitalistas.

Deve-se atentar para o fato de que no meio rural o que sobra de trabalho falta em direitos à mulher. As mulheres, na maioria das vezes, não têm direito à aposentadoria, pois não são reconhecidas como agricultoras, só podendo se aposentar por doença na velhice. Também aquelas que trabalham como diaristas, que vendem sua força de trabalho por dia para terceiros, recebem somente metade da diária pelo mesmo tempo de trabalho que é pago para o homem. Além disso, a posse da terra só cabe, na maioria dos casos, aos homens. Ocorrem casos em que, ao se assentar determinada área, as mulheres separadas e viúvas ficam fora da divisão dos lotes, tendo de brigar para terem direito aos títulos da terra.

Devido a todos esses aspectos que foram descritos sobre o

meio rural, pretende-se estudar o trabalho feminino contextualizado e, ainda mais especificamente, na agricultura familiar. Aqui o trabalho da mulher tem caráter relevante para a sobrevivência e a permanência no campo dos produtores familiares.

### 3 - METODOLOGIA

#### 3.1 - LEVANTAMENTO DAS HIPÓTESES

Tendo em vista o conhecimento da problemática que envolve a vida e o trabalho da mulher rural, procura-se ao longo do trabalho responder às seguintes questões; entre outras:

1) quantas jornadas de trabalho a mulher rural é obrigada a cumprir para que a família rural sobreviva, se reproduza e permaneça no campo ?

2) a mulher do meio rural interfere na atividade principal da renda, seja na produção ou comercialização desta ?

3) o controle do orçamento doméstico na família rural é feito pela mulher ou ainda é exercido pelo "chefe da casa" ?

Pretende-se investigar se, no contexto da agricultura familiar, as trabalhadoras rurais têm dupla jornada de trabalho: o trabalho doméstico e o trabalho no campo. Eventualmente podem exercer ainda uma terceira atividade, externa, com vistas a aumentar um pouco mais a renda familiar.

Comprovado o primeiro argumento, pode-se afirmar que a mulher participa, na sua grande maioria, da atividade principal dos agricultores familiares, que nesse caso é o trabalho na roça, e que essa participação se deve à visão que as mulheres têm do trabalho da roça, sendo esse visto como parte extensiva do trabalho doméstico, como algum tradicional, voltado para subsistência familiar e não como veículo de emancipação sexual.

Também procura-se investigar se atualmente o controle do orçamento doméstico da família rural está nas mãos das mulheres, que com o mínimo de recursos consegue alimentar, vestir e cuidar da família, pois com suas tradições e valores mantêm certas formas de resistência contra a assimilação total do mercado capitalista.

### 3.2 - PROCEDIMENTOS

O trabalho de pesquisa é do tipo exploratório e descritivo, particularmente um estudo de caso de uma comunidade com características específicas.

A metodologia está dividida em duas partes: no modo de pensar e nos procedimentos técnicos. Enquanto modo de pensar a metodologia adotada baseia-se no ponto de vista do outro, onde existe uma identidade entre sujeito e objeto de estudo, ou seja, a mu-

lher rural será estudada a partir da própria opinião que ela tem sobre a sua vida e o seu cotidiano. Os procedimentos técnicos são os métodos usados para entrevistas, quantificação e tabulação dos dados coletados.

Os dados referentes às mulheres da área estudada foram coletados nas várias visitas feitas a comunidade, através de entrevistas, observações de suas rotinas de trabalho e mediante questionário, que foi aplicado com a ajuda da AATR (Associação dos Advogados Trabalhistas Rurais) e da ALFAGE (Associação dos Lavradores da fazenda Gericó).

De acordo com o que foi coletado e com o que foi observado da realidade de seus cotidianos, se mais da metade do total das mulheres da área atenderem de forma positiva às hipóteses formuladas, então, estas serão confirmadas. Caso contrário, serão tidas como pouco significantes.

### 3.3 - CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.

Apesar do objeto de estudo ser a trabalhadora rural, não se investigam todas as categorias de trabalhadoras. Trata-se aqui apenas daquelas trabalhadoras do campo que estão inseridas no contexto da agricultura familiar.





Restringiu-se o estudo à agricultura familiar, por ser justamente dentro desta onde o trabalho da mulher tem grande importância para a manutenção e reprodução da força de trabalho. Segundo RABELLO, a mulher trabalha mais que o homem quando ambos pertencem a camadas sociais inferiores. E mais ainda, quando se tratam de camadas inferiores rurais, onde o estado, os serviços públicos e sociais de maneira geral estão menos presentes ou quase ausentes. As vezes não se dispõe nem de água encanada e energia elétrica, muito menos de creches e escolas maternas que possam vir a facilitar as condições de vida desse contingente feminino.

Para entender o significado de agricultura familiar, parte-se do conceito de GRAZIANO SILVA sobre produção camponesa. Esse autor diz que são quatro os elementos fundamentais para defini-la:

- 1) utilização do trabalho predominantemente familiar, tendo a família como unidade de produção;

- 2) posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles;

- 3) existência de fatores excedentes (terra, força de trabalho, meios de trabalho) que permitam uma produção de excedentes destinados ao mercado, ou seja, a produção camponesa deve ser entendida como uma produção mercantil simples;

- 4) não é fundamental a propriedade da terra, mas sim a

posse desta, portanto não só o proprietário, mas também o parceiro, o arrendatário, o posseiro, podem se configurar como formas de produção camponesa.

E a partir dessa definição de produção camponesa que se insere e se analisa a agricultura familiar.

A agricultura familiar brasileira foi profundamente marcada pelas origens coloniais da sociedade e da economia, possuindo três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas voltadas para exportação e a utilização de mão-de-obra escrava. Os produtores do campo eram dependentes social e politicamente do mercado internacional. Essa fragilidade era reforçada pela mentalidade forjada pelas antigas relações do tipo senhor/escravo.

No Brasil, a agricultura camponesa nasceu sob o signo da precariedade, que pode ser vista em vários planos: no plano jurídico, econômico e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra ; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nesse tipo de atividade, demonstrada pela grande mobilidade espacial e pela dependência em relação à grande propriedade.

As grandes propriedades, em toda a extensão do país,

constituem também espaços de reprodução para a agricultura de subsistência, devido ao seu caráter extensivo. Os pequenos proprietários ali se instalam e, em contrapartida, submetem-se à obrigatoriedade de prestar serviços ao proprietário.

Desde sua origem, o campesinato brasileiro apresenta um caráter regional muito acentuado, porém ocorre em todas as regiões um ponto em comum, que é a sua crescente exclusão social e econômica.

Devido ao isolamento, marginalidade e empobrecimento das comunidades de agricultores, que se acentuam ainda mais em meados dos anos 60, com a modernização da agricultura brasileira, que amplia a desigualdade da distribuição de renda, ocorre o crescimento do êxodo das populações rurais em direção às cidades. Mas isso não significa melhoria da qualidade de vida, e sim o aumento do desemprego ou do subemprego, multiplicação das favelas por todos os grandes centros urbanos, resultando na desordem social e na violência atuais.

O processo de modernização da agricultura apresenta outras peculiaridades: a propriedade fundiária continua a ser o elemento organizador indispensável à atividade agrícola, sendo explorada ainda de forma extensiva, com baixos níveis de produtividade e servindo como reserva de valor em caráter especulativo. O controle da grande propriedade acabou, segundo Anita Brumer, por fa-

zer das regiões rurais cenário de conflitos que colocam em choque os pequenos posseiros em relação aos grandes empreendimentos agrícolas ou de criação de gado que promovem a especulação fundiária. (BRUMER, 1993, p.184)

E nesse cenário que se estuda a mulher rural, num meio com características tradicionais, conflituoso e desigual, subjogado à grande propriedade de terras, onde o trabalho da mulher rural é indispensável à sobrevivência da mão-de-obra familiar.

### 3.3.1 - Tipologias

Para atender ao estudo de caso proposto neste trabalho, faz-se necessário apresentar uma tipologia representativa das diversas formas contemporâneas de assentamentos rurais, nas quais se insere a área objeto de estudo.

De acordo com a Dra. Guiomar Germani, os assentamentos podem ser classificados em quatro modalidades, que são diferenciadas segundo o seu fato gerador. Logo, a partir de sua origem, os assentamentos classificam-se em: colonização, reassentamento, irrigação e reforma agrária.

Os assentamentos por colonização são originários de uma

política deliberada do Estado e sofrem transformações com o decorrer do tempo. Primeiramente a colonização era feita com a função de defesa do território, posteriormente visava o povoamento, depois foi usado como tentativa de amenizar os conflitos pela propriedade da terra e, por último, como alternativa de reforma agrária (uma espécie de contrareforma agrária).

Os projetos de colonização realizados com esse último objetivo ficam situados em terras públicas, afastadas dos centros urbanos, despossuídos de infra-estrutura básica como estradas, comércio, comunicação etc. Exemplo disso são os assentamentos feitos por colonização realizados ao longo da Transamazônica na década de 70.

Os reassentamentos têm como fato gerador as grandes obras de infra-estrutura do Governo que obrigam o deslocamento da população. A população era vista como empecilho, havendo a necessidade de "limpar a área". Essa limpeza era feita através do pagamento da desapropriação, porém o Estado não assumia a responsabilidade por essa população, o que gera uma situação conflituosa. E através de movimentos de resistência e reivindicação da população-expropriada que vão se produzir os reassentamentos.

Essa mudança na postura do Estado, conseguida pela pressão dos segmentos populares afetados e de grupos solidários, tem como um dos seus marcos a organização dos desapropriados de Itai-

pu. Depois de Itaipu, o Estado passou a assumir a responsabilidade desses assentamentos. Na Bahia, tem-se o exemplo de Sobradinho e Pedra do Cavalo.

Os assentamentos por irrigação são resultantes de políticas de incentivos específicos dentro de programas para a modernização e desenvolvimento agrícola. Normalmente se localizam próximos às margens de rios ou represas contruídas para essa finalidade, inclusive. As terras são selecionadas de acordo com suas potencialidades naturais. A seleção dos futuros irrigantes é muito rigorosa, devido a isso não existem garantias para os antigos proprietários ou ocupantes das terras, o que causa uma resistência grande à implantação desse tipo de projeto de assentamento.

Os assentamentos de Reforma Agrária também resultam de uma política de Estado, mas tem uma outra trajetória. Eles são resultados de uma resposta às pressões de segmentos da sociedade que reivindicam o acesso à terra e sua distribuição mais equitativa. Esses projetos são realizados próximos às regiões de luta pela posse e propriedade da terra, ou mesmo na própria área conflituosas. Geralmente são assentadas nesses locais as pessoas que participam da luta pela terra, ou pessoas da mesma região ou do mesmo estado. (GERMANI, 1995)

O estudo do caso da comunidade da Fazenda Gericó aproxima-se dessa última modalidade, assentamento de Reforma Agrária.

com algumas particularidades. A reforma agrária da Fazenda Gericó não está sendo feita através da intervenção do governo, mas por iniciativa dos posseiros apoiados pelo SINDICELPA/BA (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Papel e Celulose) e pela AATR (Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais); por se tratar de uma ocupação espontânea, cujas as características serão detalhadas logo a seguir.

### 3.3.1.1 - A Fazenda Gericó

O caso aqui estudado é o da comunidade agrícola da fazenda Gericó. Localiza-se no município de Santo Amaro, recôncavo baiano, totalizando 145 hectares. Na fazenda existiam 70 famílias de posseiros morando e trabalhando, há mais de 30 anos. Plantavam mantimentos, verduras e frutas, visando o consumo próprio e também a venda na feira livre do município.

No ano de 1989 a INPASA (Indústria de Papel Santo Amaro S/A), devido ao plano de expansão do plantio do bambu, começou a invadir as roças dos posseiros, cortando as plantações e ameaçando os moradores. Só naquele ano as famílias dos posseiros tiveram suas plantações arrasadas por três vezes. Mediante a ameaça da INPASA, metade das famílias se retiraram da área em conflito, porém a outra metade resistiu no local, reconstruindo e refazendo suas ro-

cas, das quais dependia sua sobrevivência.

A INFASA forjou e conseguiu em 1991, um Interdito proibitório e a reintegração de posse da área, alegando que tinha arrendado as terras por 31 anos da fábrica de chumbo que era a antiga dona da área. Com isso foram autorizados a expulsar os antigos moradores, o que foi feito de forma violenta, destruindo as moradias e plantios com ajuda de tratores.

No entanto, 31 famílias de posseiros resistiram e conseguiram reverter a situação. Com a ajuda do SINDICELPA/BA (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Papel e Celulose) e da AATR (Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais), foram autorizados a retornar à área da fazenda no dia 31 de agosto de 1992. Atualmente estão brigando na Justiça pela garantia da posse e pela propriedade da área, devido às ameaças da INFASA de expulsá-las do local.(1)

O conflito fortaleceu a organização das famílias, que criaram uma associação, a ALFAGE (Associação dos Lavradores da Fazenda Gericó). A associação tem cerca de cinco meses de fundada, e proporciona maior facilidade nas negociações com a Prefeitura, a Justiça e o Governo Estadual. Já foi construída uma fábrica de doces no terreno da associação, mas ainda não entrou em funcionamento porque ainda não foram feitas as instalações.

---

1) Possivelmente a ligação e o apoio do SINDICELPA à luta pela conquista da terra se deu pelo fato da presença de dois empregados da BAKRAFT entre as famílias assentadas em Gericó. Embora exista o sindicato de trabalhadores rurais no município de Santo Amaro, este não quis assumir a luta dos posseiros.



As famílias continuaram a cultivar gêneros alimentícios para venda e para consumo próprio. Plantam cana, quiabo, aipim, mandioca, feijão, milho, mamão, acerola e banana, entre outras culturas. A terra é do tipo massapé, de ótima qualidade. Segundo os agricultores, não é preciso nenhum tipo de adubo, porém usam-se técnicas rudimentares de cultivo como, por exemplo o uso de queimadas e aplicação indiscriminada de veneno para formiga.

Com uma produção agrícola baseada exclusivamente no trabalho familiar, as mulheres dessa comunidade estão presentes na atividade agrícola na mesma quantidade que os homens, senão em maior número. Este foi o cenário escolhido para o estudo, devido à grande diversificação das atividades ali desenvolvidas, apresentando as características indispensáveis para a verificação das hipóteses.

Mais do que as 31 famílias originariamente engajadas na luta pela posse e propriedade da terra, encontra-se nesta área, até a presente data, um total de 48 famílias. Inicialmente pensou-se em passar os questionários de casa em casa, entrevistando a totalidade das mães de família do local. Todavia, foram encontradas algumas dificuldades que não permitiram colocar em prática essa idéia; são elas: dispersão das moradias, a falta de disponibilidade de tempo das mulheres e de muitas dessas serem analfabetas dificultando o preenchimento dos questionários, a área de estudo ficar um pouco longe de Salvador impossibilitando serem feitas -

mais visitas ao local.

Ainda assim, foi possível aplicar <sup>32</sup>25 questionários entre as mulheres casadas, o que dá uma amostra de <sup>71%</sup>52,1% do total das famílias. Isto é um número aceitável para responder às hipóteses propostas, já que não se pretende aqui fazer inferência a outras áreas, tampouco à região de Santo Amaro.

Foram também aplicados 9 questionários entre as mulheres solteiras, o que permite avaliar as suas perspectivas futuras, quanto ao que poderá mudar para as filhas das atuais agricultoras.

Os dados coletados foram devidamente tabulados, sendo colocados sob a forma de tabelas, através do cruzamento das informações. As tabelas são seguidas de análise para sua melhor compreensão.

#### 4 - O ESTUDO DE CASO

Conforme foi definido na metodologia, este estudo de caso compreende 48 famílias assentadas na Fazenda Gericó. Além da amostra de 25 mulheres responsáveis pelo domicílio (casadas, mãe solteira e viúvas), todas elas incluídas no rol das casadas, também foram entrevistadas 9 jovens solteiras, com idade variando entre 14 e 19 anos.

O roteiro do questionário que se encontra em anexo, foi elaborado com base nas hipóteses apresentadas na metodologia. São três as principais hipóteses apresentadas, a primeira delas referindo-se à jornada de trabalho; a segunda trata da possibilidade de participação da mulher na atividade principal, do ponto de vista da formação da renda familiar; e, finalmente a terceira hipótese trata da participação da mulher na gestão do orçamento doméstico.

Assim serão apresentados a seguir os dados primários organizados em tabelas, seguidos de sua análise, na mesma ordem apresentada no levantamento das hipóteses principais.

Além das três hipóteses principais apresentam-se em seguida outras questões que também foram investigadas, por serem consideradas importantes, tanto no conjunto das atividades e da

estratégia de sobrevivência da organização familiar, quanto em relação às suas perspectivas futuras. Esta última questão refere-se sobretudo às aspirações não só das jovens entrevistadas, mas também com relação às expectativas das mães em relação aos filhos. Procurou-se enfatizar as perspectivas com relação ao futuro da produção agrícola.

#### 4.1 - AS HIPÓTESES PRINCIPAIS

Separou-se o trabalho da mulher em dois tipos de atividades: as atividades de subsistência e atividades para a renda. As primeiras são entendidas como aquelas ligadas ao trabalho doméstico, ou seja trabalhos realizados no espaço da casa para a família, como também aqueles trabalhos ligados diretamente à produção doméstica ( fazer compras ou ir a feira). As segundas são compreendidas como aquelas relacionadas com o trabalho produtivo, ou que trazem dinheiro para a família; essas podem ser ligadas ao trabalho na roça e ao trabalho complementar à renda (desvinculados do trabalho da roça).

Dividiu-se dessa maneira o trabalho da mulheres para facilitar o estudo da primeira hipótese, que trata da jornada de trabalho. Essa hipótese foi investigada com base nas seguintes perguntas fechadas, do tipo "sim ou não" :

II-4) A senhora trabalha na roça ?

II-5) A senhora tem outro trabalho (fora de casa) ?

II-6) O marido ajuda a senhora no trabalho de casa ?

II-7) Tem ajuda de alguém no trabalho de casa ?

Com relação à pergunta II-4 conforme a tabela 1, das 34 mulheres entrevistadas 32 trabalham na roça, o que em termos percentuais significa um total de 94,2% das mulheres da amostra, onde 70,6% são compostas pelas mulheres casadas e 23,6% pelas solteiras. Apenas duas das mulheres entrevistadas não trabalham na roça, uma solteira e uma casada; a solteira, porque fica em casa cuidando dos irmãos mais novos enquanto a mãe vai para a roça; e a casada porque trabalha como negociante durante todo o dia, não dispondo de tempo para o trabalho da roça.

TABELA 1

Relação entre o estado civil e o trabalho na roça - 1995

ESTADO CIVIL	TRAB. NA ROÇA		NÃO TRAB. NA ROÇA		TOTAL	
	n1	%	n2	%	N	%
CASADA	24	70,6	1	2,9	25	73,5
SOLTEIRA	8	23,6	1	2,9	9	26,5
TOTAL	32	94,2	2	5,8	34	100

N = total de mulheres da amostra  
 Fonte : Pesquisa direta

Quando questionadas sobre os motivos pelos quais elas trabalham na roça, as casadas se dividem entre: gosto (29,2%); para ajudar o marido (25%); e por necessidade (20,8%). O restante ficou dividido entre as respostas: não tem outro trabalho, gosto/preciso e, não responderam. Pode-se dizer que uma boa parte delas gostam de trabalhar na roça, mas que uma quantidade ainda maior trabalha para poder garantir a subsistência de suas famílias.

Já os motivos que levam as solteiras a trabalhar no campo estão divididos somente entre duas causas: para ajudar a família ou porque a mãe leva. O que aparenta é que a maioria delas não gostam de trabalhar na roça. Devido a isso, elas vão mais à roça na época da plantação e da colheita, por serem atividades que necessitam de maior mão-de-obra. Em outros períodos, vão esporadicamente.

Entre as atividades desempenhadas pelas as mulheres na roça, elas afirmam que fazem todo tipo de serviço, menos roçar, porque segundo elas é um serviço pesado, que necessita de força física, onde os homens estão mais "capacitados". No entanto muitas dizem que, se for necessário, não tem problema algum, elas fazem também esse serviço, é claro que com uma queda de rendimento.

TABELA 2

Relação entre a faixa etária e o trabalho na roça - 1985

IDADE	TRAB. NA ROÇA		NÃO TRAB. NA ROÇA		TOTAL	
	n1	%	n2	%	N	%
14 -- 18	5	14,7	1	2,9	6	17,6
18 -- 21	3	8,8	0	0	3	8,8
21 -- 30	2	5,9	0	0	2	5,9
30 -- 40	13	38,3	0	0	13	38,3
40 -- 50	7	20,6	0	0	7	20,6
MAIS DE 50	2	5,9	1	2,9	3	8,8
TOTAL	32	94,2	2	5,8	34	100

N = total de mulheres da amostra

Fonte : Pesquisa direta

Ainda analisando o trabalho na roça, pode-se observar através da tabela 2 que a idade não tem qualquer influência sobre o trabalho na roça para as mulheres da Fazenda Gericó, pois tanto as jovens quanto as mais velhas trabalham nos campos sem distinção alguma. Durante a aplicação dos questionários muitas das mais velhas afirmaram que começaram a ir à roça desde pequena para ajudar ao pai, logo elas aprenderam a serem agricultoras ao mesmo tempo em que aprendiam as "prendas do lar" quando ajudavam suas mães nas atividades domésticas.

Isso ainda não mudou, as meninas continuam a ajudar suas famílias nas atividades agrícola e doméstica. O que ocorre de diferente hoje é que os pais têm uma preocupação maior com a formação escolar dos filhos.

A tabela 3 apresenta os dados relacionados com a pergunta

II-5, que questiona o trabalho complementar à renda ou o trabalho fora de casa. Cruzou-se essa pergunta com as perguntas II-2 e II-8; a primeira que aborda sobre o número de filhos e a segunda que se refere à possibilidade do marido ter outro trabalho além da roça. Isso foi feito para saber se a quantidade de filhos gera uma necessidade de procurar uma outra forma de trabalho para aumentar a renda da família por um dos cônjuges.

TABELA 3

Relação entre a quant. de filhos e o trab. complementar à renda 1995

NUMERO DE FILHOS	CASAIS		MULHER TRAB FORA		MARIDO TRAB FORA	
	n1	%	n2	%	n3	%
0	2	8	0	0	1	4
1 A 2	2	8	1	4	1	4
3 A 4	10	40	3	12	4	16
5 A 6	5	20	2	8	1	4
7 A 8	4	16	2	8	3	12
MAIS DE 8	2	8	0	0	1	4
TOTAL	25	100	8	32	11	44

Fonte : Pesquisa direta

No momento da quantificação dos dados para composição da tabela notou-se algo de interessante, dos 25 casais apenas em oito a mulher trabalha fora, desses oito em seis foi constatado que a mulher só trabalha fora quando o marido não trabalha, em nove casais quando o marido trabalha fora ela não trabalha. Essa necessi-



dade de que pelo menos um dos cônjuges fique em casa, dá-se devido à falta de equipamentos coletivos públicos (creches, escolas, etc) que cuidem dos filhos para que eles possam desempenhar outros tipos de trabalhos que não o agrícola. Em vista disso ainda é dado a preferência que o homem trabalhe fora, 65% dos casos, já que esse pode se manter mais tempo afastado de casa.

Há apenas dois casais onde tanto a mulher quanto o homem trabalham fora, o que proporcionalmente significa 8% do total de casais da amostra. O mais interessante nesse dois casos é que um ocorre numa família que tem oito filhos e o outro numa família que só possui dois filhos. Ainda existem oito famílias que sobrevivem somente com o trabalho agrícola, dentre elas está uma com doze filhos.

Diante disso pode-se notar que o número de filhos tem pouca lógica em relação com a necessidade das famílias de procurarem uma atividade complementar à renda. No entanto ficou registrado que em 32% dos casos a mulher realmente tem uma terceira atividade além da roça e do trabalho doméstico.

As mulheres que trabalham fora dão as seguintes justificativas: para aumentar a renda (50%), porque preciso (25%), para ter seu dinheiro (12,5%), não respondeu (12,5%). Já aquelas que não trabalham fora têm como causas em 17,7% dos casos não encontrarem outro trabalho, em 11,8% porque o marido não deixa, e em

5,9% por causa das crianças; o restante ficou dividido em: não tem tempo, não quer e não respondeu.

Em relação às perguntas II-6 e II-7 relacionadas com o trabalho doméstico, foram elaboradas duas tabelas que serão apresentadas a seguir.

TABELA 4

Relação entre o trab. na roça e a ajuda no trab. doméstico  
1995

TRABALHO	MULHER QUE TRAB APENAS NA ROÇA	
	N	%
DOMESTICO		
MARIDO AJUDA	7	41,2
MARIDO NAO AJUDA	10	58,8
TOTAL	17	100

N = total das casadas que trabalham apenas na roça

Fonte : Pesquisa direta

TABELA 5

Relação entre o trab. fora e a ajuda no trab. doméstico  
1995

TRABALHO	MULHER QUE TRAB FORA	
	N	%
DOMESTICO		
MARIDO AJUDA	5	62,5
MARIDO NAO AJUDA	3	37,5
TOTAL	8	100

N = total das casadas que trabalham fora

Fonte : Pesquisa direta

Sabendo que todas as mulheres são responsáveis pelos serviços domésticos, foi investigado se essas recebiam alguma ajuda dos seus maridos. Ficou mais do que claro através das análises das tabelas acima apresentadas que quando a mulher trabalha fora, além da roça, ela encontra uma maior ajuda por parte do marido (62,5%), do que quando esta apenas trabalha na roça (41,2%). Porém constatou-se que quando elas não têm ajuda dos maridos normalmente recebem ajuda das filhas, sobrinhas e irmãs.

Assim de acordo com o que foi visto, fica comprovada que as mulheres da Fazenda Gericó tem dupla jornada de trabalho, dividido entre trabalho doméstico e na roça, já todas elas (100%) são as responsáveis pelos afazeres de casa e que 94,2% delas trabalham na roça. Também ficou comprovado que elas exercem uma terceira jornada de trabalho para assim poderem aumentar a renda familiar.

A segunda hipótese trata da participação da mulher da atividade principal da renda, no entanto para isso foi preciso saber se a maior parte da renda vinha da roça ou de outro tipo de atividade, para depois confirmar ou não a hipótese proposta.

Através do estudo da tabela 6, onde foram quantificados os dados relacionados com essa hipótese, conclui-se que 68% das famílias da amostra tiram a maior parcela do seu sustento da atividade agrícola, o restante das famílias tem outras fontes de ren-

da, como principais. Notou-se que, em todos os casos onde somente a mulher do casal trabalha fora, a principal atividade e composição da renda da família continua a ser a agricultura. Já em 3 casos, de 9 em que apenas o marido trabalha fora, a principal renda da família vem desse trabalho. Convém ressaltar a existência de famílias que trabalham na roça apenas, mas tiram a maior quantia da renda de outras fontes, como aposentadoria, compra e revenda de bananas.

Sabendo-se que 96% das mulheres casadas trabalham na roça e se 68% das famílias têm seu sustento maior da roça, então quando é a atividade agrícola a principal fonte de renda pode-se afirmar que a maioria das mulheres da Fazenda Gericó participam dessa atividade, porém quando essa atividade principal da renda familiar é outra, ficou claro que as mulheres não participam, conforme foi explicado acima.

TABELA 6

Participação da mulher na principal fonte de renda - 1995

PRINCIPAL FONTE DE RENDA	CASAL TRAB ROÇA		CASAL TRAB FORA		MULHER TRAB FORA		MARIDO TRAB FORA		TOTAL	
	n1	%	n2	%	n3	%	n4	%	N	%
ROÇA	5	20	0	0	6	24	6	24	17	68
OUTROS	3	12	2	8	0	0	3	12	8	32
TOTAL	8	--	2	--	6	--	9	--	25	100

N = total de famílias da amostra.  
Fonte : Pesquisa direta

Finalmente a terceira e última hipótese principal é confirmada pelos dados da tabela 7, onde pode ser visto que 80% das mulheres casadas de Gericoó controlam o orçamento doméstico de suas famílias. A grande razão para isso é, segundo elas mesmas, que as mulheres sabem economizar mais e que os homens não têm paciência (não gostam). Assim elas conseguem de maneira mais satisfatória gerir as despesas das famílias, mantendo-as com o mínimo de recursos.

Na tabela 7 cruzou-se o controle das despesas de casa com a escolaridade das mulheres, entretanto parece que o fato de ter estudado ou não indetermina o controle das despesas, já que o controle do orçamento pelas que não estudaram está na mesma proporção das que estudaram (quatro para uma).

TABELA 7

Relação entre o controle do orçamento doméstico e a escolaridade  
1995

CONTROLE DAS DESPESAS DE CASA	MULHER ESTUDOU		MULHER NÃO ESTUDOU		TOTAL	
	n1	%	n2	%	N	%
MULHER	16	64	4	16	20	80
MARIDO	4	16	1	4	5	20
TOTAL	20	80	5	20	25	100

N = total de famílias da amostra  
Fonte : Pesquisa direta

## 4.2 - OUTRAS QUESTOES INVESTIGADAS

Foram investigadas outras questões, além das principais. Muitas delas já foram analisadas ao mesmo tempo que as principais hipóteses como, por exemplo, se a quantidade de filhos e a idade influencia o trabalho das mulheres na roça, ou se elas têm ajuda no trabalho doméstico, ou ainda, se a escolaridade determina o controle sobre o orçamento doméstico.

Apresentam-se agora outras questões de ordem geral que também foram investigadas, assim como uma questão de grande importância que diz respeito às expectativas das mães em relação ao futuro de seus filhos e as perspectivas das jovens entrevistadas em relação a si mesmas.

### 4.2.1 - Questões gerais.

Estudando os demais dados coletados, sabe-se que os casamentos têm em média 15 anos e as famílias têm no mínimo 7 pessoas, o que dá uma média de 5 filhos por casal.

Quando questionadas sobre se elas trabalhavam enquanto

grávidas, as respostas ficaram divididas entre positivas e negativas na mesma proporção. O mesmo aconteceu quando foi perguntado se continuavam a trabalhar quando as crianças estavam pequenas, muitas alegaram não ter com quem deixar seus filhos.

Outra questão interessante é se continuariam trabalhando na roça caso tivessem condições de contratar empregados para esse serviço, a grande maioria respondeu que continuaria, porque gostam do serviço, seja para aumentar a produção e a renda, seja para manter o controle das atividades.

Também foi questionada a participação das mulheres na luta pela posse e propriedade da terra. Quem respondeu a essa questão foi Dona Eugênia que é gerente financeira da ALFAGE (Associação de lavradores da Fazenda Gericó), e líder da luta. Segundo ela, as mulheres têm receio de dar sua opinião nas reuniões da Associação. Na verdade, poucas vão às reuniões, e quando vão ficam caladas. Dona Eugênia ainda falou que é muito difícil organizar reuniões apenas com as mulheres, na época mesmo da última visita ela tentava sem sucesso implantar uma escola para as crianças da comunidade, mas não encontrava apoio das demais mulheres. Como pode ser notado, as mulheres podem ser boas de trabalho, mas não tem qualquer interesse em se organizar para melhorar a comunidade como um todo.

#### 4.2.2 - A expectativa das mães

Em relação às expectativas das mães em relação ao futuro dos filhos, a maioria delas acham que seus filhos não vão ser agricultores, porque eles não gostam do trabalho no campo, ou porque já estão trabalhando em outra coisa. Mas o que se nota é que os próprios pais não desejam que seus filhos sejam agricultores, preferem que eles estudem para seguir uma carreira melhor. Afirmam que a profissão de agricultor é pouco respeitada e não é futuro para ninguém.

As poucas que acham que seus filhos serão agricultores, afirmam isso porque ou os filhos não gostam de estudar, ou porque os filhos as acompanham desde pequenos aos campos, ou acham que o estudo hoje não garante nada e é bom saber fazer todo tipo de atividade. Já a posse da terra dá segurança e eles nunca vão ficar desempregados.

Quando foram perguntadas em conversa informal para quem ficaria a terra caso todos os filhos fossem trabalhar em outras coisas, algumas ficaram pensativas e não souberam responder. Já outras acharam graça e apenas disseram que eles poderiam vender e dividir o valor entre si.

Pode-se dizer que muitas mães esperam apenas que seus fi-



lhos tenham uma profissão. Da mesma forma, não importa o que será feito da terra pela qual elas tanto lutam.

#### 4.2.3 - As jovens entrevistadas

Como foi dito anteriormente, foram entrevistadas nove jovens entre 14 e 19 anos, para se ter alguma idéia das suas perspectivas sobre o futuro. Começou-se perguntando se elas estão estudando no momento, foi constatado que seis continuam estudando e três não. O motivo dessa interrupção é que a mãe precisa delas para ajudar em casa e cuidar dos irmãos menores. No entanto, apenas uma nunca estudou, as outras duas estudaram até a terceira e quarta séries.

Todas afirmaram que ajudam a mãe no trabalho doméstico, algumas ficam responsáveis pela casa enquanto a sua mãe está trabalhando na roça ou em outra atividade.

A respeito de que profissão gostariam de ter, apenas três sabem o que querem, somente uma delas disse que será agricultora. As outras desejam ser enfermeira ou professora; talvez a que respondeu que seria agricultora seja pelo fato de nunca ter estudado. As seis outras que não sabem ao certo o que serão, afirmam que não serão agricultoras, que pretendem ter outra profissão.

Todas as que vão para a roça é porque a mãe leva ou para ajudar a família, mas elas vão mais na época do plantio e da colheita, que é quando se precisa de maior número de pessoas para efetuar a atividade.

Informalmente foi perguntado se a mulher deve trabalhar. A opinião foi unânime, todas acham que a mulher deve trabalhar fora para não depender do marido. Notou-se que elas têm consciência de que o trabalho faz com que a mulher se torne independente, e que elas almejam um futuro melhor do que os de suas mães.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Na elaboração desse trabalho monográfico, uma das maiores dificuldades encontradas refere-se ao levantamento bibliográfico abordando o tema específico das trabalhadoras rurais inseridas no contexto da agricultura familiar.

Através deste levantamento literário notou-se que os estudos que abordam o tema do trabalho da mulher do campo relacionam-se, em sua maioria, com as trabalhadoras rurais diaristas (ou temporárias), como as que colhem café e Algodão e as cortadoras de cana. Mas não foram encontrados estudos que tratassem especificamente das "agricultoras familiares".

Além das limitações referentes à bibliografia, no andamento da pesquisa surgiu outra dificuldade associada com a aplicação dos questionários, devido à dispersão das moradias e da impossibilidade de organizar uma reunião onde todas as agricultoras da Fazenda Gericó estivessem presentes. Apesar disso foi conseguida uma amostra de 52,1% do total das agricultoras.

Mesmo levando-se em consideração as limitações desta pesquisa, acredita-se ter a mesma conseguido avaliar as hipóteses propostas de maneira satisfatória.

De acordo com os dados coletados, as mulheres da Fazenda Gericó têm dupla jornada de trabalho, dividido entre trabalho doméstico e na roça, algumas ainda exercem uma terceira jornada de trabalho para poderem aumentar a renda familiar, o que confirma a primeira hipótese. Reconhece-se que quando é a atividade agrícola a principal fonte de renda a mulher participa efetivamente dessa atividade, confirmando a segunda hipótese. O controle do orçamento doméstico familiar é feito pelas mulheres, devido à capacidade que elas têm de gerir as despesas das famílias com o mínimo de recursos, independentemente do grau de escolaridade, confirmando a terceira e última hipótese.

Faz-se necessário, entretanto, considerar alguns aspectos importantes na análise e interpretação dos dados coletados entre as agricultoras da Fazenda Gericó:

- a) a maioria das entrevistadas está na faixa etária compreendida entre 30 e 40 anos de idade e são casadas;
- b) a grande maioria das famílias têm no mínimo 7 pessoas, com uma média 5 filhos por casal;
- c) os casamentos têm em média 15 anos;
- d) as solteiras entrevistadas têm entre 14 e 19 anos e a maioria está estudando no momento.

Registra-se que todas as mulheres são responsáveis pelas atividades domésticas, mas recebem ajuda de suas filhas e seus maridos. Desse últimos, elas encontram uma maior ajuda para esses serviços quando os filhos são muito pequenos ou quando trabalham fora, além da roça.

Foi constatado que a maioria das famílias têm como principal fonte de renda a atividade agrícola, existem até famílias que sobrevivem apenas da roça.

Outra observação importante está no fato do orçamento doméstico ser gerenciado pelas mulheres porque assim os maridos preferem, eles tiram uma parte da renda para consumo próprio e entregam o restante às suas mulheres para as despesas da casa.

Ressalta-se que a motivação das mulheres casadas trabalharem na roça é a necessidade de garantir a subsistência de suas famílias, apesar de uma grande parte afirmar que gosta de trabalhar na roça. Já grande parte das solteiras não gostam de trabalhar na roça, mas assim o fazem para ajudar a família, entretanto pretendem ter outra profissão futuramente.

Ficou claro que o trabalho no campo não é visto por essas mulheres como algo que implique em sua independência financeira, este é encarado como parte extensiva do trabalho doméstico, voltado apenas para manutenção de suas famílias.

Da mesma forma o trabalho fora é usado como instrumento para aumentar a renda e não um mecanismo de emancipação sexual. No entanto, as mais jovens não têm essa mesma concepção. Elas estão conscientes que ter uma profissão traz independência, ainda que apenas econômica, para as mulheres e, é isso que elas almejam, assim como é o que as mães esperam para o futuro de suas filhas .

Visto ser realmente relevante o trabalho da mulher para a sobrevivência, reprodução e permanência no campo dos produtores familiares, recomenda-se que sejam feitos mais estudos dentro dessa área, abordando outros tópicos, como entre outros, a questão do tempo gasto para a execução de cada atividade; dando assim prosseguimento ao estudo.

**REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**

- ASSOCIAÇÃO dos advogados dos trabalhadores rurais - AATR. "Histórico da fazenda Gericó". Salvador, 1989-1992.
- BRUMER, Anita. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (org.). A agricultura familiar. São Paulo, (Campinas) UNICAMP, 1993, pp.179-231.
- CASTRO, Mary Garcia. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho. Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v.26; pp 157-169. 1980.
- COMISSAO de apoio a mulher trabalhadora rural. Mãe terra. / Ministério da reforma e do desenvolvimento agrário.- vídeo; videoterra/CEAS- Salvador, conjunto 01, duração 18'41, 1987.
- CONFERENCIAS de Pequim começa com apelo em favor da igualdade. Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1995, p.9
- FONSECA, Cláudia. Trabalhadoras sem terra: um estudo de caso do trabalho feminino no campo. Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v.26; pp 173-185. 1980.

- GERMANI, Guiomar. Produzir: a nova estratégia de resistência. SEMINARIO/FCE; Grupo de estudo em agricultura familiar. Salvador, 31 de maio de 1995.
- GODELIER, Maurice. As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina. Encontro com a civilização brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v.26; pp 09-29. 1980.
- MARTINEZ-ALIER, Verena. "As mulheres do caminhão de turma". In: Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, Hucitec, 1979, pp. 69-100.
- MULHERES devem contar com as próprias forças. Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1995, p.9
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. O trabalho da mulher no meio rural. Piracicaba, ESALQ/USP, 1976. Tese (mestrado em sociologia).
- RABELLO, Ricardo da costa. Aspectos sócio-econômicos da profissionalização da mulher. A condição feminina no Brasil: problemas atuais. Caderno do CEAS. São Paulo, Gráfica Cairu, 1973.



SAFFIOTI, Heleleth I. Bongiovani. Aspectos do problema da mulher. A condição feminina no Brasil: problemas atuais. Caderno do CEAS. São Paulo, Gráfica Cairu. pp 102-120. 1973.

SILVA, J. F. Graziano. Introdução. In: Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, Hucitec, 1978, p 01-14.

SINGER, Suzana. Conferência aprova texto sobre os direitos sexuais das mulheres. Folha de São Paulo, caderno 2, 12 de setembro de 1995, p 10.

\_\_\_\_\_. Contrato de intenções resume texto final. Folha de São Paulo, caderno 2, 13 de setembro de 1995, p 12.

\_\_\_\_\_. Debate em reuniões gira em torno de palavras. Folha de São Paulo, caderno 2, 15 de setembro de 1995, p 14.

WAACK, Willian. Sapos à chinesa. Revista Veja, ano 28, n 37, 13 de setembro de 1995, pp 48-49.

## QUESTIONARIO

### I . PARA TODAS

- 1) Nome \_\_\_\_\_
- 2) Idade \_\_\_\_\_
- 3) Estudou ? \_\_\_\_\_ Até que série ? \_\_\_\_\_
- 4) Onde nasceu \_\_\_\_\_
- 5) Estado civil \_\_\_\_\_

### II . PARA AS CASADAS

- 1) Quanto tempo de casada \_\_\_\_\_
  - 2) Número de filhos \_\_\_\_\_
    - a) Quantas meninas \_\_\_\_\_
    - b) Quantos meninos \_\_\_\_\_
  - 3) A maior renda vem da roça ?  
( ) Sim  
( ) Não, de onde vem ? \_\_\_\_\_
  - 4) A senhora trabalha na roça ?  
( ) Não  
( ) Sim  
por que ? \_\_\_\_\_
  - 5) A senhora tem outro trabalho (trabalho fora de casa) ?  
( ) Não  
( ) Sim, qual ? \_\_\_\_\_  
Por que ? \_\_\_\_\_
  - 6) Tem ajuda de alguém no trabalho de casa ?  
( ) Não  
( ) Sim, em que atividades ? \_\_\_\_\_
  - 7) O marido ajuda a senhora no trabalho de casa ?  
( ) Não  
( ) Sim, em que atividades ? \_\_\_\_\_
  - 8) O marido tem outro trabalho além da roça ?  
( ) Não  
( ) Sim, qual ? \_\_\_\_\_
  - 9) Quem controla as despesas da casa ?  
( ) A senhora  
( ) Seu marido  
Por que ? \_\_\_\_\_
-

10) Acha que seus filhos vão ser agricultores ?

( ) Sim

( ) Não

Por que ? \_\_\_\_\_

---

### III . PARA AS SOLTEIRAS

1) Nome completo da mãe \_\_\_\_\_

2) Está estudando no momento ?

( ) Sim

( ) Não, porque ? \_\_\_\_\_

3) Ajuda nas tarefas de casa ?

( ) Não

( ) Sim, em que ? \_\_\_\_\_

4) Tem irmãos ?

( ) Não

( ) Sim, quantos ? \_\_\_\_\_

5) Ajuda na roça ?

( ) Não

( ) Sim

Por que ? \_\_\_\_\_

---

6) Em que pensa em trabalhar ? \_\_\_\_\_

---

### IV . PARA TODAS QUE TRABALHAM OU TRABALHARAM NA ROÇA

1) Que tipo de atividades participava na roça ? \_\_\_\_\_

---

2) Trabalhava na roça quando grávida ? \_\_\_\_\_

( ) Não

( ) Sim, até quantos meses ? \_\_\_\_\_

3) E com criança pequena trabalhava na roça ?

( ) Sim

( ) Não, por que ? \_\_\_\_\_

---

4) Continuará trabalhando na roça se tivesse condição de contratar empregados para esse serviço ?

( ) Não

( ) Sim

Por que ? \_\_\_\_\_

---